

Projeto de Lei Nº ____/2014

(Do Sr. Deputado NELSON MARQUEZELLI)

Altera o art.44, §1° e inclui parágrafo §6°no art. 46 da Lei n° 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O § 1ºdo Art. 44 da Lei nº9.504, de 30 de setembro de 1997 passa a vigorar com a seguinte redação:
" Art.44
§ 1° Os debates transmitidos na televisão deverão utilizar obrigatoriamente, a Língua Brasileira de Sinais (LIBRA) e o recurso de legenda, observadas as regras técnicas aplicáveis.
"Art.46
§ 6° Os debates transmitidos na televisão deverão utilizar

obrigatoriamente, a Língua Brasileira de Sinais (LIBRA) e o recurso

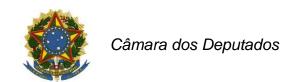
Art.3 º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação. "

de legenda, observadas as regras técnicas aplicáveis.

JUSTIFICAÇÃO

A Lei 9504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, dispõe em seu art.44, §1°que a propaganda eleitoral gratuita na televisão deverá utilizar a Linguagem Brasileira de Sinais - LIBRAS ou o recurso de legenda, que deverão constar obrigatoriamente do material entregue às emissoras.

Sabemos sobre a dificuldade da pessoa surda de compreender o mundo e como esses indivíduos se esforçam para manter uma comunicação clara.



Nos debates eleitorais televisivos, não é usual a janela de LIBRAS, sendo, na maioria, utilizada a legenda. No caso da comunicação por legenda, pode tornar o diálogo visual pode se tornar precário no tocante ao tamanho, forma e à velocidade como são transmitidos. Mesmo os deficientes alfabetizados sentem dificuldade em compreender mensagens por meio de legenda, já que são baseados na língua portuguesa que difere da estrutura da linguagem de Libras.

A Lei n°9504/1997 confere a possibilidade de os partidos adotarem a legenda ou a janela de LIBRAS, prevê o uso alternativo, não havendo obrigatoriedade.

Visando demonstrar maior respeito às peculiaridades dos portadores de deficiência auditiva, e para a concreta participação no entendimento do processo eleitoral, garantindo aos deficientes auditivos a inclusão social e cidadania, é que julgamos de grande importância à obrigatoriedade do uso da janela de LIBRAS para aprimorar a norma legal.

A aprovação da modificação proposta irá preencher essa lacuna de fundo obrigatório, pois existe um hiato na Lei em tela relativa à inclusão desses indivíduos na sociedade política organizada.

Conto com o apoio dos ilustrados Pares à presente proposição.

Sala das Sessões, ____ de setembro de 2014

Deputado Nelson Marquezelli